



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2025

ÓRGÃO LICITANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO.
LOCAL DE REALIZAÇÃO:	http:// www.bllcompras.org.br
ENDEREÇO:	Rua: Acacio Trindade de Mello. 102 , Centro - ESPÍRITO SANTO DO TURVO/SP
DATA DA SESSÃO:	03/07/2025
HORÁRIO:	10h
INFORMAÇÕES:	(14)3375-9500- Ramal 9538 E-mail: licitacao@espiritosantodoturvo.sp.gov.br http:// www.bllcompras.org.br
DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL	www.espiritosantodoturvo.sp.gov.br
PARTICIPAÇÃO	AMPLA
PUBLICAÇÃO	Extrato do Edital publicado no Diário Oficial do município, Diário Oficial do Estado, site da plataforma digital BII, PNCP, site oficial www.espiritosantodoturvo.sp.gov.br e em versão resumida em Jornal de Grande Circulação

COMUNICADO AOS INTERESSADOS NA PARTICIPAÇÃO DO PREGÃO

O Município de ESPÍRITO SANTO DO TURVO – SP, vem mui respeitosamente, trazer ao conhecimento de todos, que não hesitará em penalizar os licitantes que descumprirem o pactuado neste edital conforme artigo 155 e 156 da Lei Federal n.º 14133.2021 e demais leis pertinentes. Eventual inobservância das regras legais, o Município de ESPÍRITO SANTO DO TURVO – SP, se pronunciará com clareza e precisão quanto às suas decisões de aplicar multas, suspender e impedir proponentes de participarem de certames licitatórios. Desta feita, no intuito de evitar transtornos, solicitamos aos licitantes interessados que apresentem adequadamente a documentação relativa à habilitação e proposta de preços, firmando lances de forma consciente, séria, concisa, firme, concreta e exequível. Os licitantes deverão entregar o objeto em conformidade com o prazo, preços, padrões de qualidades exigidos no edital e leis pertinentes. Por fim, salientamos que pedidos de recomposição ou realinhamento de preços são exceções à regra, aplicáveis exclusivamente em situações especiais, e somente serão deferidos se estiverem em total consonância com a lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

PREÂMBULO:

A Prefeitura Municipal de ESPÍRITO SANTO DO TURVO/SP, CNPJ nº 57.264.509/0001-69, estabelecida na Rua Acácio Trindade de Melo, 102, Centro, Espírito Santo do Turvo, Estado de São Paulo, por meio do(s) Secretário(s) infra- assinado neste Edital, no uso de sua competência e poder, torna pública para conhecimento dos interessados que na data, horário e local já indicados anteriormente, realizar-se-á licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2025**, do tipo **MENOR PREÇO POR FORNECEDOR**, que será regido pela legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelos Decretos Municipais nº 2.417/2023, 2.247/2021, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

A Prefeitura Municipal de ESPÍRITO SANTO DO TURVO/SP, através das Secretarias Municipais e a Pregoeira, designada pela Portaria nº 5.741 de 18 de Janeiro de 2023 e suas alterações, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local já indicados anteriormente, realizar-se-á Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO S.R.P.**

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) do Setor de Licitações da Prefeitura de ESPÍRITO SANTO DO TURVO, denominado(a) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos pela página eletrônica do Portal da empresa responsável pela execução do certame através do link www.bllcompras.org.br

1 - DO OBJETO

- 1.1. Constitui-se objeto da presente licitação a **SELEÇÃO DE FORNECEDORES PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), VISANDO A CONTRATAÇÃO DE**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTARIAS PELO PERÍODO DE 12 MESES, PODENDO SER PRORROGADO, CONFORME DETERMINA A LEI Nº14.133/2021 MELHOR DESCRITOS NO ANEXO I - DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II . HAVERÁ APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA POR PARTE DO FORNECEDOR PREVIAMENTE CONSIDERADO VENCEDOR DO CERTAME.

1.1. A estimativa de valor total deste registro de preços é de R\$186.300,00 (Cento e oitenta e seis mil e trezentos reais) caso seja utilizado a totalidade deste pregão.

- Poderão participar do certame **todos os interessados do ramo de atividade 2 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

2.1.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto à **PLATAFORMA ELETRÔNICA.**

2.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

2.1.2.1. **Todos os itens do Anexo I (quantidade para ampla concorrência),** todos os interessados que atendam aos requisitos do edital.

2.1.3. Em caso de **item exclusivo** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

2.1.4. Nos itens em que a participação **não for exclusiva** para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

2.1.5. A falsidade da declaração de que trata do enquadramento da empresa como ME e EPP, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

2.1.6. A Licitação será por item, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao Licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

2.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.3. A participação no Pregão, na forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da empresa) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.

2.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

2.5. O envio da proposta vinculara o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerente do certame.

2.6. CADASTRO NO SISTEMA

2.6.1. O cadastro no Sistema poderá ser iniciado no www.bllcompras.org.br. Após enviar a solicitação, será enviado por e-mail a Chave de identificação e a Senha. O cadastro será feito apenas uma vez e poderá ser utilizado para licitações futuras.

2.7. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP's, OS ou Cooperativas atuando nessa condição e que tenha tratamento fiscal-tributário diferenciado que possam interferir no valor da proposta, nos termos da Decisão do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no Processo eTC nº973.989.18-9, declaradas ou consideradas OS - Organizações Sociais ou OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e artigo 5º c/c artigo 10 § 2º da Lei Federal nº 12.690/12;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas com o pagamento do referido objeto correrão por conta das dotações orçamentárias, disponíveis no exercício.

02.00.00-Poder Executivo

02.02.00-Secretario Municipal de Saúde

02.02.01- Fundo Municipal de Saúde

10.301.0003.2.006- Manutenção do Fundo Municipla de Saúde

055-05-3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica- R\$191.855,19

4 – DA FORMALIZAÇÃO DE QUESTIONAMENTOS

4.1- Decai do direito de solicitar esclarecimentos dos termos do Edital de Licitação perante a Administração, o Licitante que não o fizer **até três dias úteis antes da data fixada para** abertura das propostas.

4.2- Serão conhecidos e apreciados os questionamentos protocolados por escrito ou encaminhados, preferencialmente, via e-mail do pregoeiro,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

licitacao@espiritosantodoturvo.sp.gov.br, no prazo descrito no item 4.1.

4.3 - O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **dois dias úteis**, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

4.4 - Os questionamentos, os pedidos de esclarecimentos, bem como suas respectivas respostas serão publicados no sítio oficial do município, na plataforma utilizada para a licitação bem como no PNCP, para conhecimento dos interessados e vincularão os participantes e a Administração.

5 – DAS IMPUGNAÇÕES

5.1 Qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, mediante petição a ser enviada para o endereço de e-mail do (a) Pregoeiro(a), licitacao@espiritosantodoturvo.sp.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no seguinte endereço: Rua Acácio trindade de Melo, 102, Centro, das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00.

5.2 - Decai do direito de impugnar os termos do Edital de Licitação perante a Administração, o Licitante que não o fizer **até três dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, sendo a resposta dada nos termos do artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.**

5.3 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

5.4- As impugnações e os seus respectivos julgamentos serão publicados no sítio oficial do município, na plataforma utilizada para a licitação, bem como no PNCP, para conhecimento dos interessados.

6. DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. O encaminhamento da proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.2. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as ESPECIFICAÇÕES e **MARCAS** dos produtos ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do serviço e/ou produto. A não inserção de informações neste



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

campo, implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

6.3. O objeto deverá estar dentro das especificações contidas no(s) Termo de Referência – Anexo II do edital e de acordo com os demais documentos expedidos pelo Departamento Municipal de Engenharia e anexos ao edital.

6.4. A validade da proposta será de no mínimo **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

6.5. Para o licitante ME/EPP será necessário a informação do regime fiscal no campo próprio sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar Municipal nº 268 de 26 de fevereiro de 2014.

6.6. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

6.7. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado por este edital.

6.8. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste edital ou da Legislação em vigor.

6.9. O lance deverá ser ofertado em conformidade com o objeto do edital, se for global, preço total, se for unitário, pelo valor unitário para os itens e/ou lotes. Deve-se observar um valor de diferença mínima entre os lances, assim evitando valores irrisórios quando o valor do objeto for de grande porte.

6.10. O envio da proposta e demais documentações exigidas neste edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas. Todo contato com o Pregoeiro deve ser feito através do chat disponibilizado pelo sistema. **O Pregoeiro não atenderá licitantes durante a sessão, seja via telefone, e-mail ou qualquer outro meio que não o chat do sistema.**

7.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO ESTADO DE SÃO PAULO LICITAÇÃO/CONTRATOS

conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.3. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.3.1. Não serão aceitos, ao final da disputa, preços com mais do que 2 (duas) casas decimais após a vírgula. Sendo necessário a negociação e o arredondamento dos preços no caso de ocorrer.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5. As propostas não deverão estar com valores superiores ao máximo fixado (REFERENTE AO VALOR UNITÁRIO do Item) e não havendo lances com valores iguais ou inferiores, serão desclassificados.

7.5.1. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.6. O(a) Pregoeiro(a) deverá excluir, justificadamente, lances inexequíveis ou com valores digitados errados, na etapa de disputa. O licitante também poderá excluir ou solicitar a exclusão de seu lance uma única vez;

7.7. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes.

7.8. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.9. Quando da desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

prorrogações;

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema enquanto houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.16. Na hipótese de licitação com ampla participação, encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

7.17. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.17.1. Nas condições do subitem anterior, caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

7.17.2.1. Caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), do modo de disputa aberto.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem.

7.20.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20.3.1. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20.4. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.4.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

No país:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

Empresas brasileiras;

7.20.4.2. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia;

7.20.4.3. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

7.21.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.5.1. A proposta final **READEQUADA** deverá ser encaminhada no prazo exigido no item 7.21.5, a contar **da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico** e devendo ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal. Deverá conter ainda:

- a) Nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual/municipal da licitante, se houver, telefone para contato, endereço de e-mail e dados do representante legal da empresa;
- b) Número do Pregão e do Processo;
- c) **Marca** e Descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações técnicas deste Edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

- d) **Preço unitário, total e valor global**, em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, necessárias para a execução do objeto do edital, inclusive os de ordem social, previdenciária, trabalhista, securitária e tributária.
- e) Prazo de validade da proposta de no **mínimo 60 (sessenta) dias**;
- f) Declaração de que os produtos e serviços são de primeira qualidade;
- g) Declaração que está ciente, aceita e se submete a todas as regras do presente Edital;
- h) A proposta deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor (pessoa jurídica) para fins de pagamento, bem como todos os dados de identificação do representante legal da empresa que assinará o Contrato ou Ata de Registro de preços.

7.22. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.23. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência (sendo o caso), vinculam a Contratada.

7.23. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

7.24. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.25. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

- 7.27. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.28. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 7.29. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.
- 7.30. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, será declarado vencedor para posterior adjudicação ao autor da proposta ou lance de menor preço.
- 7.31. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 7.32. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 7.33. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 8.1. Para julgamento será adotado o critério **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR FORNECEDOR**, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.
- 8.2. Em atendimento ao disposto no capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006, serão observados os seguintes procedimentos:
- 8.2.1. Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

- a)** A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via "chat" de comunicação do pregão eletrônico para o prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;
- b)** No caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na Lei.
- c)** Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da Lei, serão convocada as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.2.2. O objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

8.3 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se a proposta de preços reformulada e aqueles que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a sua desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo licitante no prazo indicado pelo(a) Pregoeiro(a), desde que não haja majoração do preço proposto.

8.4.1. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações dos seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

- 8.5. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante vencedor, observado o disposto neste Edital.
- 8.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.7. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.
- 8.8. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consultas aos sites oficiais de cadastros.
- 8.9. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 8.9.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.10. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.11. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.
- 8.12. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 8.13. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.13.1. Contiver vícios insanáveis;
- 8.13.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.13.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO

ESTADO DE SÃO PAULO

LICITAÇÃO/CONTRATOS

máximo definido para a contratação;

8.13.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.13.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.14. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.14.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.14.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.14.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da

oferta.

8.15. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.15.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.15.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor máximo estimado pela administração, o qual poderá ser sigiloso até a sessão do pregão.

8.15.3. Poderá ser exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.16. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.17. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação da licitante. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.17.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

não alterem a substância das propostas;

8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO

9.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

9.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, vinculados a atividade da empresa pertinente ao objeto da presente licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

- d) Prova de regularidade para a com a Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria da Fazenda Nacional e o Sistema de Seguridade Social (INSS);
- e) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de regularidade para com débitos trabalhistas (CNDT); (Lei 12.440/11).

9.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência, de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor(es) do domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

a.1) No caso de empresa em recuperação judicial será aceita certidão positiva, desde que acompanhada do Plano de Recuperação, devidamente homologado pelo juízo, em vigência, e que demonstre a capacidade de atendimento das exigências para a comprovação econômico-financeira previstas no edital.

a.2) No caso de sociedade civil, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

9.4. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

a) Declaração Unificada da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho **(Anexo V – Declaração Unificada)**.

Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a **inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração (Anexo V – Declaração Unificada)**.

b) Ficha cadastral para fins contratuais (Anexo IV);

c) No mínimo com 2 (dois) Atestados de Capacidade Técnica referente ao item ao qual o proponente concorre, juntamente com as Notas Fiscais emitidas que no período e para o fornecedor do Atestado no(s) qual(ais) se indique(m) a experiência, no mínimo, de 50% de cada item pretendido.

9.5. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

SOMENTE PELO LICITANTE VENCEDOR, após convocação realizada em sessão pelo pregoeiro (a), perfeitamente legíveis e **EM ARQUIVO ÚNICO**, no prazo de até **02 (duas) horas após a convocação** .

- 9.6. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.
- 9.7. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital, após o prazo determinado, implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de novo prazo para apresentação da documentação exigida para a habilitação.
- 9.8. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros a filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.
- 9.9. Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.
- 9.10. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, por ocasião da licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição fiscal.
- 9.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme § 1º do Artigo 43 da Lei Complementar nº 147/2014.
- 9.11.1. Os benefícios de que trata o subitem anterior deste Edital **não isentam as microempresas e as empresas de pequeno porte de apresentarem os documentos de habilitação relativos à regularidade fiscal exigidos no presente Edital**, limitando-se à concessão do prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período à critério da Administração, para fins de regularização de eventuais dívidas



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

tributárias (restrições) de tais empresas.

9.12.A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.13. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 02 (três) horas, sob pena de inabilitação.

9.14. Com vistas ao princípio da eficiência, quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas, em reabertura da sessão pública eletrônica,

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado, ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho, ou não

10.1.3. Comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no cadastro nesta prefeitura, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

cadastrais atualizados.

11. DOS PRAZOS, CONTRATO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

- 11.1. Os produtos/serviços deverão ser fornecidos/prestados, mediante requisição do setor responsável, conforme exigências do termo de referência e demais anexos ao edital, nos prazos e quantidades programadas pela Secretaria municipal, contados da data do recebimento do Pedido/Ordem de Serviço, **de acordo com as necessidades da Prefeitura**. O responsável pelo recebimento do objeto deverá conferir a nota fiscal, o objeto e assinar o comprovante de recebimento atestando o serviço realizado.
- 11.2. O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelo departamento técnico responsável, podendo ser rejeitados, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e/ou aceitação do produto/serviço constantes deste Edital, e deverá ser substituído e/ou corrigido pelo fornecedor, no prazo máximo a ser estipulado pelo setor requisitante que poderá ser de 24 (vinte e quatro) horas ou mais a seu critério, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação, de acordo com a legislação vigente.
- 11.3 - A contratada é responsável pelos danos causados direta e indiretamente à administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, na execução do Contrato.
- 11.4 - Fica expressamente proibido o aproveitamento de servidores do Município, para execução dos serviços objeto desta licitação.
- 11.5 - Correrão por conta da contratada todas as despesas de tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes dos serviços contratados, bem como quaisquer equipamentos de proteção individual oriundos da prestação de serviços objeto desta licitação.
- 11.6 - A licitante vencedora não poderá sub contratar, sub empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma do contrato, sem a prévia autorização, por escrito, do Contratante, não o (a) eximindo de suas responsabilidades e/ou obrigações.
- a) Assumir a responsabilidade e ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente de trabalho, que incidam ou venham incidir sobre sua atividade e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo contratante.
- 11.7. O instrumento contratual ou Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelas



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

partes, após a homologação do certame, em até 05 (cinco) dias úteis de sua convocação e/ou encaminhamento, que deverá ocorrer de forma eletrônica através do e-mail a ser informado pela empresa licitante nesta licitação;

11.8. As contratações serão fixas e irrevogáveis até o término de sua vigência, mantendo-se, entretanto, o equilíbrio econômico-financeiro do avençado.

11.8.1. No caso de prorrogação da ata de registro de preços, após 12 meses, o preço poderá ser atualizado, mediante requisição, pelo índice IPCA-E IBGE ou outro índice oficial que o substitua.

11.9. A vigência do registro de preços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogada por igual período nos termos da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 2417/2024, incluindo os seus quantitativos.

11.10. Os Contratos-Atas advindos deste Registro de Preços, poderá sofrer reajustes ou realinhamento de preços, desde que devidamente fundamentado, justificado e dentro do cumprimento do interesse público.

12. DO PAGAMENTO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - O pagamento será efetuado após liquidação da despesa por meio de crédito em conta corrente (P.J) indicada pelo licitante(s) vencedor(es), no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo Setor responsável pelo recebimento da unidade solicitante.

12.1.1 O Pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA em Instituição Financeira Governamental "Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil", sendo que caso não for apresentado conta corrente nas mesmas, o pagamento será realizado via TED – Transferência Eletrônica Disponível, sendo os encargos/taxas por responsabilidade da CONTRATADA.

12.2 - Para fins de verificação da manutenção dos critérios de habilitação, a empresa deverá apresentar, junto ao documento de cobrança, prova de regularidade perante o FGTS – CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo os débitos relativos a tributos federais, à dívida ativa da União, e as contribuições previdenciárias e de terceiros), Estadual e Municipal do domicílio do contratado, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

12.3 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12.4 - Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo previsto no item 12.1 reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

12.5 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.6 - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor, o Índice IPCA-IBGE.

12.7 As despesas com o pagamento do referido objeto correrão por conta de dotações orçamentárias disponíveis no momento da contratação, se houver.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, quando aberto o prazo específico em sistema, que será de no mínimo 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

13.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO

ESTADO DE SÃO PAULO

LICITAÇÃO/CONTRATOS

de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.espiritosantodoturvo.sp.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do EDITAL:

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.5. Fraudar a licitação;

14.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

- 14.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1. Advertência;
- 14.2.2. Multa;
- 14.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 14.3.2. As peculiaridades do caso concreto
- 14.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 14.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 14.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida em percentual de 10% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
- 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação,.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Prefeitura Municipal de ESPÍRITO SANTO DO TURVO.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de ESPÍRITO SANTO DO TURVO revogá-la, no todo ou em parte, por razões de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

15.10. A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital.

15.11. Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.

15.12. É facultada ao(à) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior do Município de ESPÍRITO SANTO DO TURVO, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

15.13. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação na imprensa oficial do município.

15.14. Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pelo(a) Pregoeiro(a), comunicando devidamente aos licitantes do pregão eletrônico.

15.15. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de ESPÍRITO SANTO DO TURVO revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

15.16. A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital.

15.17. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata

15.18. desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO **ESTADO DE SÃO PAULO** **LICITAÇÃO/CONTRATOS**

15.19. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

15.20. Após o envio da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

15.21. Os casos omissos serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a) em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Lei citadas no preâmbulo deste edital.

15.22. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.23. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço www.ESPÍRITO SANTO DO TURVO.sp.gov.br.

15.24. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de ESPÍRITO SANTO DO TURVO/SP.

16. Constitui-se parte integrante deste edital:

- ANEXO I- Estudo Técnico Preliminar
- ANEXO II -Termo de Referência
- ANEXO III- Mapa de Gerenciamento de Risco
- ANEXO IV – Declaração de enquadramento ME e PP
- ANEXO V- Ficha Cadastral
- ANEXO VI- Declaração Unificada
- ANEXO VII - Minuta da Ata de Registro de Preços
- ANEXO VIII – Termo de Ciência e Notificação

Espirito Santo do Turvo, 13 de junho de 2025.

Gilberto Nascimento Bertolino
Prefeito Municipal

ANEXO I- ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Rua Acácio Trindade de Melo -102- Centro – Fone (14) 3375-9500 – ramal 9538- CEP 18935-017
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69
E-mail: licitacao@espiritosantodoturvo.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO

Número da Requisição: 002/2025

Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Mapa de Risco – para confecção de Próteses Dentárias Removíveis.

2. SETOR REQUISITANTE/ÁREA TÉCNICA

Área Requisitante/Área Técnica	Responsável
Secretária Municipal de Saúde	Mércia Veloso de Oliveira
Coordenadora Municipal de Saúde	Aparecida Martins de Oliveira

3. INTRODUÇÃO

Este documento constitui o Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR) e Mapa de Risco (MP), para confecção e aquisição de próteses dentárias (Prótese Total Removível-Superior e Inferior, Prótese Parcial Removível - Superior e Inferior), no âmbito da Política Nacional de Saúde Bucal Brasil Sorridente, em conformidade com as diretrizes do Sistema único de Saúde (SUS), estabelecidas pela Lei nº 8080/90 e pelo Manual de Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal-Brasil Sorridente. O edentismo parcial e total continua sendo um problema de saúde pública no Brasil, afetando significativamente a qualidade de vida dos indivíduos, com impactos na saúde física, psicológica e socioeconômica. Segundo dados epidemiológicos do Ministério da Saúde, aproximadamente 16 milhões de brasileiros necessitam de algum tipo de prótese dentária, sendo que a maior parte desta população pertence a estratos socioeconômicos que dependem exclusivamente do sistema público de Saúde.

4. DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

A Unidade Básica de Saúde “Antônio Camilo de Oliveira”, é responsável pelo atendimento de toda população do município de Espírito Santo do Turvo, prestando os seguintes serviços: atendimento médico na atenção básica e média, atendimentos de enfermagem no âmbito ambulatorial e de urgência e emergência, atendimento odontológico, administração de vacinas, realização de coleta de exames laboratoriais, realização de testes rápidos, curativos, eletrocardiograma, ultrassom, inalação, entre outros. Nesses atendimentos, é necessária a utilização de materiais hospitalares, bem como de equipamentos de proteção individual para os funcionários. O presente documento apresenta os estudos técnicos preliminares que visam assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa terceirizada para a confecção de próteses dentárias, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde do município de Espírito Santo do Turvo, conforme especificações descritas no Termo de Referência e demais condições contidas neste Edital e o levantamento dos elementos que servirão para compor o Termo de Referência. Justifica –se a realização de procedimento licitatório registro de preço para futura e fracionada contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços em confecção de prótese dentária dentro do programa Brasil Sorridente além de cumprir as exigências do Ministério de Saúde, atendendo toda a população que buscam a reposição dos dentes perdidos, visando restaurar e manter a forma, função, aparência e saúde oral. O principal objetivo da reabilitação oral protética é recuperar as funções mastigatórias, em todas as suas funções: estética, fonética dos usuários do SUS, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida e inclusão social, através da confecção de próteses dentárias fixas removíveis, próteses dentárias totais removíveis e/ou prótese dentária parcial removível. A Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente, tem promovido a reorganização das práticas e da rede de Atenção à Saúde, ampliação e qualificação do acesso aos serviços de Atenção Básica em Saúde Bucal, principalmente por meio das equipes de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família (ESB, e da Atenção Especializada em Saúde Bucal, através da implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e dos Laboratórios Regionais de Prótese Dentária(LRPD),pautando-se nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Em atendimento aos artigos 17 e 20 do Decreto Municipal nº 2417/2023, o Estudo Técnico Preliminar tem por objeto a aquisição e confecção de prótese dentária para os usuários do SUS, doravante de nosso



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

município, vinculados a Unidade Básica de Saúde Antônio Camilo de Oliveira, promovendo assim a saúde e o bem-estar geral dos que necessitarem.

4.1. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO (LEI nº 14.133/2021, Art. 18,inc.1º)

A presente contratação fundamenta-se nas seguintes normas:

a) Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos):

Art. 6º, inciso XX – Define o Estudo Técnico Preliminar como "documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação";

Art. 18, § 1º – Estabelece a obrigatoriedade da elaboração do Estudo Técnico Preliminar para as contratações de bens e serviços;

Art. 40, § 1º, inciso II – Determina que o edital deverá conter especificações do objeto de forma precisa, suficiente e clara;

Art. 41 – Estabelece os procedimentos auxiliares das licitações e das contratações;

b) Lei Federal nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde)

Art. 6º – Inclui no campo de atuação do SUS a assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

c) Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente

Diretrizes para a expansão e qualificação dos serviços de prótese dentária;

d) Resolução RDC nº 16/2013 da ANVISA

Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos e Produtos para Diagnóstico de Uso In Vitro;

e) Portaria nº 1.825/GM/MS, de 24 de agosto de 2012

Dispõe sobre o financiamento de Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD).

2.2 Princípios Orientadores da Gestão Pública Eficiente

A contratação em tela observará os princípios norteadores da Administração Pública, conforme art. 5º da Lei 14.133/2021:

A reabilitação protética dos pacientes edêntulos constitui-se como etapa fundamental da



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO

ESTADO DE SÃO PAULO

LICITAÇÃO/CONTRATOS

integralidade do cuidado em saúde bucal, com base nesta contextualização faz se necessário a contratação dos serviços de confecção de próteses dentárias, conforme preconizado pelo programa Brasil Sorridente e pelas diretrizes do SUS. As próteses dentárias removíveis permanecem como uma modalidade terapêutica relevante na reabilitação oral, principalmente devido à sua acessibilidade, versatilidade e aplicabilidade em diversas situações clínicas. Embora as técnicas implantossuportadas representem uma evolução significativa, as questões socioeconômicas e biológicas continuam a justificar o domínio das técnicas de confecção de próteses removíveis pelo cirurgião-dentista e o protético. O sucesso clínico depende fundamentalmente do domínio dos princípios biomecânicos, da execução técnica precisa e do rigoroso programa de manutenção. A comunicação clara com o paciente, estabelecendo expectativas realistas, constitui elemento essencial para a satisfação com o tratamento. A ausência desses serviços compromete a saúde geral dos indivíduos, afetando a mastigação, a fala, a autoestima, além de gerar custos adicionais ao sistema de saúde devido a problemas decorrentes da falta de tratamento odontológico adequado.

5. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A aquisição pretendida segue as bases e alinhamento com o planejamento estratégico da Administração Pública Municipal e encontra-se de acordo com as diretrizes da Lei Orçamentária Anual, sem prejuízo de outros instrumentos de planejamento institucional.

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO(Lei nº 14.133/2021, Art. 6º XII)

Para a adequada solução das necessidades administrativas pontuadas preliminarmente, a contratação/aquisição pretendida deverá atender os seguintes requisitos mínimos:

- Padrões mínimos de qualidade: Os objetos devem atender a descrição do edital, e devem conter em sua embalagem todas as especificações técnicas.

As próteses removíveis substituem dentes perdidos e são facilmente manuseadas pelo paciente. Classificam-se em parciais (PPR) e totais (PTR), com subtipos específicos.

A escolha do tipo de prótese depende de fatores clínicos, biológicos e socioeconômicos.

-Próteses Parciais Removíveis (PPR)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

PPR Convencional (Metálica): Caracterizada pela presença de estrutura metálica (armação) geralmente confeccionada em liga de cromo-cobalto, com elementos de retenção (grampos), apoios oclusais, conectores maiores e menores.

-Próteses Totais Removíveis (PTR)

Prótese Total Removível Convencional (Mucossuportada): Indicada para pacientes completamente edêntulos, suportada integralmente pela mucosa alveolar.

- Objetivo principal: Reabilitação bucal, em todas as suas funções: estética, fonética e mastigação. Repor ou restaurar de forma indireta (por meio de laboratório), os dentes, através de a confecção de próteses dentárias fixas ou removíveis sendo elas total ou parcial. Neste caso não se aplica os critérios de sustentabilidade por se tratar de uma contratação de serviços de confecção de próteses dentárias visando atender os pacientes da rede de atenção primária básica do SUS.

- Qualidade e Realismo: o produto a ser moldado, alterado, corrigido e/ou ajustado deverá ser entregue ao usuário no município de residência - Espírito Santo do Turvo-SP, sem qualquer deslocamento do usuário a fim de facilitar e diminuir custos aos pacientes que necessitarem, devendo ser de aparência REAL, com presença de dentição o mais perto possível do realismo, não serão aceitos próteses dentárias inferiores com características adversas a esta descrita em termo de referência, devendo ser moldados com produtos de qualidade e duradouro.

- Ajustes e Reajustes das próteses dentárias após a confecção e/ou até o ato da entrega ao consumidor final, este procedimento deverá ser feito sem qualquer acréscimo de custos adicionais ao referido contrato, sendo de responsabilidade da empresa contratada para a prestação do serviço.

- Satisfação do paciente: Se por ventura houver descontentamento do recebedor da prótese dentária final sob julgo de um profissional dentista da Unidade Básica de Saúde, denominado como Fiscal do Contrato, e for compreendido que há irregularidades no produto, o mesmo deverá ser refeito, sem custos adicionais, seja prótese dentária fixa ou removível.

- Acondicionamento: Forma de acondicionamento do objeto deve ser claramente descrita na embalagem, os produtos deverão permanecer em ambiente limpo, seco e protegido da luz solar direta, a temperatura do ambiente deverá manter-se em: 15°C e 30°C, umidade relativa do ar: 40% a 60%, ficar protegido de poeiras e contaminantes, o fornecedor deve garantir a entrega dos objetos seguindo as



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

normas de acondicionamento estabelecidas pelo fabricante.

- Prazo e Local da entrega (plano de logística): o prazo para entrega é de 20 dias úteis, a partir da data de emissão do empenho, na Unidade Básica de Saúde “Antônio Camilo de Oliveira” situada na Rua Maria Perpétua Piedade Gonçalves nº 112, centro em Espírito Santo do Turvo.

- Garantia de Funcionamento: Os itens devem cumprir o descritivo no Termo de Referência. A apresentação de algum defeito ou mau funcionamento dos produtos, acarretará a solicitação da troca dos mesmos e/ou recusa de recebimento por parte do paciente.

7. QUANTIDADES ESTIMADAS DA CONTRATAÇÃO(Lei nº 14.133/2021, Art. 18,inc.1º)

Em atendimento ao que estabelece o Decreto Municipal nº 2417/23, para satisfazer integralmente as necessidades administrativas e atender o interesse público envolvido, as quantidades envolvidas na futura contratação foram auferidas a partir da seguinte metodologia:

Levantamento da série histórica de confecção de próteses dentárias para produtos/serviços da mesma natureza, baseada em relatórios expedidos pelo sistema de gerenciamento e controle interno. O quantitativo estimado em valores reais para execução de contratação de empresa terceirizada de próteses dentárias, é uma mediana de R\$ 186.315,00 (Cento e Oitenta e Seis Mil e Trezentos e Quinze Reais), este quantitativo em reais nos possibilita a confecção de próteses dentárias, sendo uma média de 220 unidades de próteses dentárias sendo elas 65 unidades de próteses dentárias total removível superior, 65 unidades de próteses dentárias total removível inferior, 45 unidades de próteses dentárias parciais removíveis superior, 45 unidades de próteses dentárias parciais removíveis inferior.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O mercado nacional de fabricação de próteses odontológicas é composto por:

Laboratórios de prótese de grande porte com capacidade produtiva expressiva (aproximadamente 15 empresas no país);

Laboratórios de médio porte com capacidade regional (cerca de 120 empresas);

Laboratórios de pequeno porte, geralmente com atuação local (mais de 2.000 estabelecimentos).

Para a presente contratação, foram identificados como potenciais fornecedores:

Empresas registradas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) como Laboratórios



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

Regionais de Próteses Dentárias (LRPD);

Empresas com comprovada capacidade de produção em escala compatível com a demanda do órgão;
Fornecedores com histórico de contratações anteriores junto à administração pública.

Tendo em vista que o município e o paço municipal juntamente aos serviços prestados através da Atenção Primária Básica não possui profissional contratado por meio de concurso público e/ou processo seletivo, e laboratório de prótese dentária específica, para execução destes serviços, considerando a necessidade de garantir o direito de acesso dos pacientes ao tratamento adequado, a realização de processo licitatório/dispensa torna-se mais viável dentre as possíveis soluções no mercado, ressalto que a empresa vencedora do certame deverá apresentar as documentações necessárias da empresa a Vigilância em Saúde e Sanitária do município (Alvará Sanitário do laboratório fabricante), para apreciação e aprovação dos itens obrigatórios para a contratação do laboratório e posteriormente ser realizada a inserção do laboratório no ambiente de governo federal o SCNES (Sistema Nacional de Cadastro de Estabelecimentos), acompanhado do registro dos profissionais que farão parte da equipe de confecção das próteses (dentistas, protéticos), ambos deverão apresentar seus respectivos registros ativos junto ao órgão de fiscalização da classe (CRO), dada a natureza do objeto e sua destinação, a solução apresentada se mostra suficiente para atender satisfatoriamente a demanda, visto que a aquisição/contratação destinam-se a compor:

- o estoque da categoria de produtos indicados. Ressalta-se que os itens em questão, serão oportunamente definidos de maneira técnica no Termo de Referência (TR), e deverão atender às especificações usuais constantes no Mercado. Ademais, a aquisição dos itens elencados destina-se a utilização pela Secretaria Municipal de Saúde na execução das respectivas rotinas nos atendimentos aos pacientes, objetivando a continuidade na prestação dos serviços públicos.

- Pelo fato dos itens apresentarem características específicas e necessidade de contratações frequentes, verifica-se que a solução mais viável para atender as necessidades da Administração Pública é que a aquisição se faça a partir de Sistema de Registro de Preço, objetivando economia de escala e entrega fracionada dos itens, a partir das demandas e necessidades institucionais.

Ademais, considerou, ainda, o fato de que o referido Sistema de Registro de Preço possibilita um controle mais efetivo quanto à distribuição dos itens a serem adquiridos, traduzindo-se no estímulo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

ao Consumo Sustentável/Consciente, além de viabilizar melhor performance na gestão de estoque quando necessário.

As próteses dentárias devem ser confeccionadas com os seguintes materiais a depender do modelo e tipo de prótese.

As especificações técnicas das próteses dentárias a serem confeccionadas, incluindo materiais, padrões de qualidade e testes a serem realizados. As marcas de referências são as que apresentam a qualidade mínima esperada, podendo haver outras similares, desde que com o mesmo padrão de qualidade.

Materiais:

Alginate: Devem atender à norma ABNT NBR ISO 1563. Marcas de referência: Hydrogum 5 (Zhermack), Jeltrate Plus (Dentsply Sirona).

Siliconas de Adição: Devem atender à norma ABNT NBR ISO 4823. Marcas de referência: Express XT (3M ESPE), Elite HD+ (Zhermack).

Gesso: Devem atender à norma ABNT NBR ISO 6873. Tipos de referência: Gesso Pedra Tipo III (Durone), Gesso Pedra Tipo IV (Fujirock EP).

Metais (Cromo-Cobalto): Devem atender à norma ABNT NBR ISO 22674. Composição: Cr: 27-30%, Co: 58-62%, Mo: 5-6%, outros elementos (Mn, Si) < 1%.

Resina Acrílica: Devem atender à norma ABNT NBR ISO 1567. Marcas de referência: Lucitone 199 (Dentsply Sirona), PalaXpress Ultra (Kulzer).

Dentes Artificiais: Devem ser de dupla prensagem e atender à norma ABNT NBR ISO 3336. Marcas de referência: Vita MFT, Ivoclar Vivadent SR Vivodent.

Todas as próteses devem ser confeccionadas em conformidade com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ISO (International Organization for Standardization) aplicáveis aos materiais e processos de fabricação.

Os laboratório contratado deverá possuir seguir:

Teste de Adaptação: A prótese deve apresentar adaptação precisa à arcada dentária do paciente, sem áreas de pressão excessiva ou folgas.

Teste de Resistência: A prótese deve suportar as forças mastigatórias sem fraturas ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

deformações.

Teste de Estabilidade da Cor: Os materiais utilizados devem manter a cor original por um período mínimo de 12 meses, sem apresentar manchas ou descolorações.

Teste de Biocompatibilidade: Os materiais utilizados devem ser biocompatíveis, não causando reações alérgicas ou irritações nos tecidos bucais.

Os critérios objetivos e mensuráveis para a avaliação das amostras de próteses dentárias a serem apresentadas pelos licitantes:

Adaptação:

Critério: A prótese deve apresentar adaptação precisa ao modelo de gesso fornecido pela administração, sem áreas de pressão excessiva ou folgas.

Mensuração: A adaptação será avaliada visualmente e com o uso de fitas reveladoras de pressão (Pressure Indicating Paste – PIP).

Pontuação: 0 a 10 pontos (sendo 10 a adaptação perfeita).

Estética:

Critério: A prótese deve apresentar aparência natural e estética, com dentes artificiais de cor e forma adequadas à arcada dentária do paciente.

Mensuração: A estética será avaliada visualmente por uma comissão de avaliação composta por dentistas e protéticos.

Pontuação: 0 a 10 pontos (sendo 10 a estética perfeita).

Resistência:

Critério: A prótese deve suportar as forças mastigatórias sem fraturas ou deformações.

Mensuração: A resistência será avaliada por meio de testes de carga em equipamento específico (máquina de ensaios universal).

Pontuação: 0 a 10 pontos (sendo 10 a resistência máxima).

Acabamento:

Critério: A prótese deve apresentar acabamento liso e polido, sem áreas ásperas ou porosas.

Mensuração: O acabamento será avaliado visualmente e com o uso de lupa.

Pontuação: 0 a 10 pontos (sendo 10 o acabamento perfeito).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

Os indicadores de desempenho a serem utilizados para avaliar a qualidade dos serviços prestados pela empresa contratada serem estabelecidos:

Taxa de Satisfação dos Pacientes:

Definição: Percentual de pacientes que se declaram satisfeitos com a prótese recebida.

Meta: Mínimo de 90% de satisfação.

Mensuração: Por meio de questionários de satisfação aplicados aos pacientes após a entrega da prótese.

Número de Próteses Refeitas:

Definição: Número de próteses que precisam ser refeitas devido a problemas de adaptação, estética ou resistência.

Meta: Máximo de 5% de próteses refeitas.

Mensuração: Por meio de registros internos da Secretaria Municipal de Saúde.

Tempo Médio de Entrega:

Definição: Tempo médio entre a solicitação da prótese e a sua entrega ao paciente.

Meta: Máximo de 20 dias úteis.

Mensuração: Por meio de registros internos da Secretaria Municipal de Saúde.

A frequência e os tipos de manutenção que devem ser realizados nas próteses dentárias, bem como os responsáveis por essa manutenção.

Tipos de Manutenção:

Manutenção Preventiva: Exames clínicos periódicos para avaliar a adaptação, estabilidade e higiene da prótese.

Manutenção Corretiva: Reparos em caso de fraturas, desadaptações ou problemas estéticos.

Ajustes: Ajustes na adaptação da prótese para garantir o conforto e a função do paciente.

Frequência:

Manutenção Preventiva: A cada 6 meses.

Manutenção Corretiva: Conforme necessidade.

Ajustes: Conforme necessidade.

Responsáveis:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

Manutenção Preventiva: Dentistas da Unidade Básica de Saúde.

Manutenção Corretiva: Laboratório contratado. * Ajustes: Dentistas da Unidade Básica de Saúde ou Laboratório contratado (dependendo da complexidade do ajuste).

Os requisitos de sustentabilidade a serem seguidos na confecção das próteses dentárias.

Materiais:

Priorizar o uso de materiais reciclados ou biodegradáveis sempre que possível.

Utilizar materiais sem metais pesados em sua composição (mercúrio, cádmio, chumbo).

Exigir que os fornecedores apresentem certificados de origem dos materiais, garantindo a sua procedência e conformidade com as normas ambientais.

Processos de Produção:

Adotar processos de produção que minimizem o consumo de energia e água.

Implementar sistemas de gestão de resíduos que garantam a sua coleta seletiva e destinação adequada.

Incentivar o uso de tecnologias limpas e eficientes.

Embalagens:

Utilizar embalagens recicláveis ou biodegradáveis.

Reduzir o volume de embalagens utilizadas.

Incentivar a reutilização de embalagens sempre que possível.

Transporte:

Priorizar o uso de meios de transporte que minimizem as emissões de gases poluentes.

Otimizar as rotas de transporte para reduzir o consumo de combustível.

8.1. Memorial Descritivo Detalhado: Materiais para Elaboração de Próteses Dentárias

Introdução

Regulamentações da ANVISA.

As próteses dentárias são classificadas como produtos para saúde de Classe I (baixo risco), conforme RDC nº 185/2001, e devem atender:

RDC nº 16/2013: Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos;

RDC nº 56/2001: Requisitos Essenciais de Segurança e Eficácia de Produtos para Saúde;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO ESTADO DE SÃO PAULO LICITAÇÃO/CONTRATOS

RDC nº 36/2015: Classificação de Risco, Regimes de Controle e Requisitos para Comprovação da Segurança e Eficácia de Produtos para Saúde.

A confecção de uma prótese dentária envolve a utilização de diversos materiais, cada um com propriedades específicas e funções distintas. A escolha desses materiais é crucial para garantir o sucesso do tratamento, tanto em termos de estética quanto de função. Este memorial descritivo tem como objetivo detalhar os materiais mais utilizados na odontologia protética, suas características e indicações.

Materiais para Impressão

Alginate: Material hidrócoloide irreversível, utilizado para a obtenção da primeira impressão da arcada dentária. É um material elástico, de fácil manipulação e custo acessível, porém com menor precisão dimensional em comparação com outros materiais.

Siliconas de adição: Materiais elastoméricos de alta precisão dimensional, utilizados para a obtenção de impressões definitivas. São indicados para casos que exigem maior detalhamento, como próteses sobre implantes e trabalhos estéticos.

Siliconas de condensação: Materiais elastoméricos de menor custo em relação às siliconas de adição, porém com menor estabilidade dimensional.

Pastas zinco enólica para segunda moldagem.

Materiais para Modelos

Gesso: Material utilizado para a confecção do modelo de estudo a partir da moldagem. Existem diferentes tipos de gesso, classificados de acordo com sua dureza e tempo de presa:

Gesso tipo II: Utilizado para modelos de estudo.

Gesso tipo III: Utilizado para modelos de trabalho, com maior dureza e resistência.

Gesso tipo IV: Utilizado para modelos de precisão, como aqueles utilizados para a confecção de próteses parciais fixas.

Materiais para a Estrutura da Prótese

Metais:

Cromo-cobalto: Liga metálica resistente e biocompatível, utilizada para a confecção de estruturas metálicas de próteses parciais removíveis.

Níquel-cromo: Liga metálica com propriedades semelhantes ao cromo-cobalto, porém com



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

maior custo.

Titânio: Metal biocompatível com alta resistência à corrosão, utilizado para a confecção de implantes e estruturas de próteses fixas.

Cerâmicas:

Porcelana dental: Material estético utilizado para a confecção de coroas, pontes e facetas. Possui alta resistência à compressão e à abrasão.

Zircônia: Material cerâmico de alta resistência, utilizado para a confecção de coroas e pontes, especialmente em casos de maior exigência funcional.

Resinas:

Resina acrílica: Material utilizado para a confecção de bases de próteses totais e parciais removíveis.

Resina composta: Material estético utilizado para a confecção de restaurações diretas e indiretas, revestimentos de estruturas metálicas e reparos em próteses.

Dentes com no mínimo **DUPLA PRENSAGEM.**

Materiais para Cimentação

Cimentos de fosfato de zinco: Cimentos tradicionais, utilizados para a cimentação de coroas e pontes metálicas.

Cimentos resinosos: Cimentos autoadesivos, utilizados para a cimentação de coroas e pontes cerâmicas e metálicas. Proporcionam maior retenção e estética.

Cimentos de ionômero de vidro: Cimentos bioativos, utilizados para a cimentação de próteses parciais removíveis e para a restauração de cáries.

Outros Materiais

Cera 7: Utilizada para a confecção de modelos de cera, que servem como guia para a moldagem de próteses.

Fibras de vidro: Utilizadas para reforçar a estrutura de próteses parciais removíveis.

Adesivos: Utilizados para a união de diferentes materiais, como resina e metal.

Revestimentos: Materiais utilizados para a moldagem de estruturas metálicas, como a cera para investimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

A escolha dos materiais para a confecção de uma prótese dentária deve ser individualizada para cada caso, levando em consideração fatores como:

Tipo de prótese: A escolha dos materiais varia de acordo com o tipo de prótese a ser confeccionada (total, parcial, fixa, removível).

Condições bucais do paciente: A saúde bucal do paciente, a quantidade de estrutura dentária remanescente e a presença de doenças periodontais são fatores importantes a serem considerados.

Expectativas do paciente: O paciente deve ser informado sobre as opções de materiais disponíveis e suas características, para que possa escolher o material que melhor atenda às suas necessidades e expectativas.

Recomendações do profissional: O profissional de odontologia deve indicar os materiais mais adequados para cada caso, levando em consideração sua experiência clínica e o conhecimento dos materiais disponíveis no mercado.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Lei nº 14.133/2021, Art. 18, 1º V)

A estimativa do valor total da contratação é de R\$ 186.315,00 (Cento e Oitenta e Seis Mil Reais Trezentos e quinze Reais), e sua composição foi regularmente registrado na Planilha de Estimativa de Preço Médio constante em anexo, com a respectiva composição de custo dos itens descritos, respeitados os quantitativos estimados, sendo elaborado a partir de Pesquisa de Preços Públicos e de Mercado, a qual integra o respectivo Termo de Referência (TR).

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Lei nº 14.133/2021, Art. 18 1º, VI)

O presente estudo, como já informado, refere-se à contratação de empresa terceirizada para confecção de prótese dentária, descritos tecnicamente no Termo de Referência, destinados aos serviços prestados na Secretaria Municipal de Saúde, nas atividades exercidas no atendimento aos pacientes usuários do serviço público de saúde do município, contemplando a solução como um todo.

11. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Lei nº 14.133/2021, Art. 18, 1º, VII)

Diante da natureza divisível do objeto a ser adquirido destinados para o adequado atendimento dos pacientes que assim fizerem necessário, e por se tratar de um serviço de contratação de laboratório para confecção de próteses dentárias, o serviço a ser prestado se torna indivisível. Não há vantagem para



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

a administração pública e licitação em itens considerando que para um mesmo paciente/usuário que poderá utilizar o serviço, sendo que pode o mesmo utilizar mais de um dispositivo protético, sendo inviável a realização de contrato com mais de um laboratório protético, visando o bem-estar do paciente e a finalização estética dos trabalhos pelo cirurgião dentista e o profissional protético.

12. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Lei nº 14.133/2021, Art.18 1º, VIII)

O principal objetivo desta contratação é a reabilitação bucal, em todas as suas funções: estética, fonética e mastigação. Repor ou restaurar os dentes de forma indireta (por meio de laboratório), através de a confecção de próteses dentárias fixas ou removíveis sendo elas prótese dentária total removível ou prótese dentária parcial removível. Neste caso não se aplica os critérios de sustentabilidade por se tratar de uma contratação de serviços de confecção de próteses visando atender os pacientes da rede de atenção básica o SUS. Sem prejuízo dos elementos e requisitos indispensáveis da contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços de confecção de próteses dentárias, pretende-se a continuidade dos serviços públicos, exigindo-se do(s) fornecedor(es) contratado(s) o atendimento dos requisitos básicos de economicidade, eficácia, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos financeiros e materiais da administração Pública.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO (Lei nº 14.133/2021, Art.18 1º, IX)

A presente contratação requer por parte da administração pública o acompanhamento de um profissional qualificado (Dentista e/ou Protético) para analisar, julgar e receber os produtos solicitados como amostra antes de firmar contrato com a empresa vencedora do certame, analisando os materiais utilizados para confecção e aparência realística, de forma a verificar que todas as especificações técnicas e exigências solicitadas foram cumpridas.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES (Lei nº 14.133/2021, Art.18 1º, X)

Diante do levantamento das necessidades da contratação acompanhada dos demais elementos que consolidam o presente estudo técnico preliminar, analisando a solução como um todo e o ciclo de vida do objeto, não se faz necessária demais contratações correlata/interdependentes para a viabilidade da contratação pretendida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (Lei nº 14.133/2021, Art. 18 1º, XI)

Com o objetivo de atender a preceitos legais e constitucionais que exige do Poder Público, a partir de competência concorrente entre a União, Estados, Municípios e Distrito Federal a proteção, manutenção e preservação do meio ambiente, com o combate à poluição em qualquer de suas formas, a presente contratação deve manter critérios de sustentabilidade nas aquisições e contratações, sendo dever do contratado a atuação na execução e prestação de serviços públicos de acordo com boas práticas de sustentabilidade.

Uso de materiais sem metais pesados em sua composição, descarte apropriado de resíduos do processo de fabricação, embalagens recicláveis ou biodegradáveis, processos produtivos com menor consumo energético. No entanto, apesar do dever intrínseco imposto aos fornecedores de serviços, bens e produtos à Administração Pública, a presente contratação não vislumbra possíveis impactos ambientais.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (Lei nº 14.133/2021, Art. 18, 1º XII)

Após percorrer pelos elementos obrigatórios do Estudo Técnico Preliminar, atendendo o Decreto Municipal nº 2417/2023 que regulamenta o artigo 18 § 1º da Lei 14.133/2021, o setor requisitante, por meio de agente competente para a realização do planejamento das contratações públicas na Secretaria de Saúde, consoante o inciso XIII, art. 8º do decreto municipal mencionado, assim com base neste Estudo Técnico Preliminar, assim se manifesta sobre a contratação em análise:

DECLARO que:

() É VIÁVEL a presente contratação.

() NÃO É VIÁVEL a presente contratação, pelas seguintes razões:

Espírito Santo do Turvo, 05 de Maio de 2025.

Afonso Nascimento Netto

Coordenador Municipal de Saúde Bucal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO

Número da Requisição: 002/2025

Número do Estudo Técnico Preliminar: 002/2025

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Com base nesta contextualização faz-se necessário a contratação dos serviços de confecção de próteses dentárias, conforme preconizado pelo programa Brasil Sorridente e pelas diretrizes do SUS. As próteses dentárias removíveis permanecem como uma modalidade terapêutica relevante na reabilitação oral, principalmente devido à sua acessibilidade, versatilidade e aplicabilidade em diversas situações clínicas. Embora as técnicas implantossuportadas representem uma evolução significativa, as questões socioeconômicas e biológicas continuam a justificar o domínio das técnicas de confecção de próteses removíveis pelo cirurgião-dentista e o protético. Os objetos devem atender a descrição do edital, e devem conter em sua embalagem todas as especificações técnicas, as próteses removíveis substituem dentes perdidos e são facilmente manuseadas pelo paciente. Classificam-se em parciais (PPR) e totais (PTR), com subtipos específicos. Para a adequada solução das necessidades administrativas pontuadas preliminarmente, a contratação/aquisição pretendida deverá atender os seguintes requisitos mínimos:

-- Padrões mínimos de qualidade: Os objetos devem atender a descrição do edital, e devem conter em sua embalagem todas as especificações técnicas, bem como informações da procedência, número de lote, data de fabricação e data de validade, para a conclusão da contratação dos serviços de confecção de Prótese Dentária Total Removível e Prótese Dentária Parcial Removível, deve-se apresentar uma AMOSTRA DO PRODUTO -- (PT e PPR), o qual será analisado por profissional dentista e/ou protético descrito neste estudo técnico preliminar onde será analisado as características dos produtos e aparência realística.

A amostra deverá ser entregue em até 5 (cinco) dias úteis após a adjudicação pelo fornecedor considerado vencedor. A avaliação será feita nos termos previstos neste Termo de Referência. Deverá ser apresentada uma amostra de cada item, com os materiais definidos neste termo de referência:

Item Descrição

- 1 Prótese Total Removível Superior
- 2 Prótese Total Removível Inferior
- 3 Prótese Parcial Removível Superior
- 4 Prótese Parcial Removível Inferior



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO

ESTADO DE SÃO PAULO

LICITAÇÃO/CONTRATOS

-- O produto após sua finalização deverá ser entregue ao usuário, no perímetro urbano residencial, a fim de facilitar e diminuir custos aos usuários que necessitarem, devendo ser de aparência REAL, com presença de dentição o mais perto possível do realismo, não serão aceitos próteses inferiores com características adversas a esta descrita em termo de referência, devendo ser moldados com produtos de qualidade e duradouro. Os dentes deverão conter no mínimo DUPLA PRENSAGEM.

-- Em casos de reajustes das próteses dentárias após a confecção, até o ato da entrega ao consumidor final, este procedimento deverá ser feito sem qualquer acréscimo de custos ao contrato referido, sendo de responsabilidade da empresa prestadora.

-- Se por ventura houver descontentamento do recebedor da prótese final sob julgo de um profissional capacitado o mesmo deverá ser refeito e sem custos adicionais até a entrega final, seja prótese fixa ou removível.

-- Forma de acondicionamento do objeto: os objetos devem ter a forma de acondicionamento, claramente descritos na embalagem, e o fornecedor deve garantir a entrega dos objetos seguindo as normas da ANVISA e de acondicionamento estabelecidas pelo fabricante.

-- Prazo e Local da entrega (plano de logística): o prazo para entrega é de 20 dias úteis, a partir da data de emissão do empenho, na Unidade Básica de Saúde "Antônio Camilo de Oliveira" situada na Rua Maria Perpétua Piedade Gonçalves nº 112, centro em Espírito Santo do Turvo.

As próteses devem ser confeccionadas com os seguintes materiais a depender do modelo e tipo de prótese.

Memorial Descritivo Detalhado: Materiais para Elaboração de Próteses Dentárias

Introdução

A confecção de uma prótese dentária envolve a utilização de diversos materiais, cada um com propriedades específicas e funções distintas. A escolha desses materiais é crucial para garantir o sucesso do tratamento, tanto em termos de estética quanto de função. Este memorial descritivo tem como objetivo detalhar os materiais mais utilizados na odontologia protética, suas características e indicações, tendo como base analítico esses seguimentos:

REQUISITOS TÉCNICOS E ESPECIFICAÇÕES

Características Técnicas Essenciais

Prótese Total Removível (PTR)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

a) Características Gerais:

- Base confeccionada em resina acrílica termopolimerizável na cor rosa;
- Dentes artificiais em resina acrílica de dupla prensagem;
- Polimento adequado das superfícies, sem porosidades, bolhas ou irregularidades;
- Adaptação precisa ao modelo de trabalho.

b) Requisitos Específicos:

- Dentes com, no mínimo, três camadas (dentina, esmalte e translúcido);
- Resistência à abrasão compatível com norma ISO 22112:2017;
- Base resistente à fratura mínima de 65 MPa;
- Ausência de monômero residual acima dos limites estabelecidos (máximo 2,2%);
- Estabilidade dimensional conforme norma ISO 20795-1:2013.

Prótese Parcial Removível (PPR)

a) Características Gerais:

- Estrutura metálica em liga de cromo-cobalto;
- Base em resina acrílica termopolimerizável;
- Dentes artificiais em resina acrílica de dupla prensagem;
- Grampos e conectores adequadamente planejados conforme classificação de Kennedy.

Padrões de Qualidade e Certificações

a) Certificações Obrigatórias:

- Registro na ANVISA para todos os materiais e componentes;
- Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) do laboratório fabricante;
- Atestado de capacidade técnica que comprove experiência prévia em fornecimento similar;
- Conformidade com normas ISO específicas (ISO 22112:2017, ISO 20795-1:2013, ISO 10993).
- Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação;
- Disponibilidade de assistência técnica e substituição em caso de falhas.

Materiais para Impressão

Alginate: Material hidro coloide irreversível, utilizado para a obtenção da primeira impressão da arcada dentária. É um material elástico, de fácil manipulação e custo acessível, porém com menor precisão dimensional em comparação com outros materiais. Devem atender à norma ABNT NBR ISO 1563. Marcas de referência: Hydrogum 5 (Zhermack), Jeltrate Plus (Dentsply Sirona).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

Siliconas de adição: Materiais elastoméricos de alta precisão dimensional, utilizados para a obtenção de impressões definitivas. São indicados para casos que exigem maior detalhamento, como próteses sobre implantes e trabalhos estéticos. Devem atender à norma ABNT NBR ISO 4823. Marcas de referência: Express XT (3M ESPE), Elite HD+ (Zhermack).

Siliconas de condensação: Materiais elastoméricos de menor custo em relação às siliconas de adição, porém com menor estabilidade dimensional.

Pastas zincoenólica para segunda moldagem.

Materiais para Modelos

Gesso: Material utilizado para a confecção do modelo de estudo a partir da moldagem. Existem diferentes tipos de gesso, classificados de acordo com sua dureza e tempo de presa. Devem atender à norma ABNT NBR ISO 6873. Tipos de referência:

Gesso tipo II: Utilizado para modelos de estudo.

Gesso tipo III: Utilizado para modelos de trabalho, com maior dureza e resistência (Durone).

Gesso tipo IV: Utilizado para modelos de precisão, como aqueles utilizados para a confecção de próteses parciais fixas (Fujirock EP).

Materiais para a Estrutura da Prótese

Metais:

Cromo-cobalto: Liga metálica resistente e biocompatível, utilizada para a confecção de estruturas metálicas de próteses parciais removíveis. Devem atender à norma ABNT NBR ISO 22674. Composição: Cr: 27-30%, Co: 58-62%, Mo: 5-6%, outros elementos (Mn, Si) < 1%.

Níquel-cromo: Liga metálica com propriedades semelhantes ao cromo-cobalto, porém com maior custo.

Titânio: Metal biocompatível com alta resistência à corrosão, utilizado para a confecção de implantes e estruturas de próteses fixas.

Cerâmicas:

Porcelana dental: Material estético utilizado para a confecção de coroas, pontes e facetas. Possui alta resistência à compressão e à abrasão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

Zircônia: Material cerâmico de alta resistência, utilizado para a confecção de coroas e pontes, especialmente em casos de maior exigência funcional.

Resinas:

Resina acrílica: Material utilizado para a confecção de bases de próteses totais e parciais removíveis. Devem atender à norma ABNT NBR ISO 1567. Marcas de referência: Lucitone 199 (Dentsply Sirona), PalaXpress Ultra (Kulzer).

Resina composta: Material estético utilizado para a confecção de restaurações diretas e indiretas, revestimentos de estruturas metálicas e reparos em próteses.

Dentes Artificiais: Devem ser de dupla prensagem e atender à norma ABNT NBR ISO 3336. Marcas de referência: Vita MFT, Ivoclar Vivadent SR Vivodent.

Materiais para Cimentação

Cimentos de fosfato de zinco: Cimentos tradicionais, utilizados para a cimentação de coroas e pontes metálicas.

Cimentos resinosos: Cimentos autoadesivos, utilizados para a cimentação de coroas e pontes cerâmicas e metálicas. Proporcionam maior retenção e estética.

Cimentos de ionômero de vidro: Cimentos bioativos, utilizados para a cimentação de próteses parciais removíveis e para a restauração de cáries.

Outros Materiais

Cera 7: Utilizada para a confecção de modelos de cera, que servem como guia para a moldagem de próteses.

Fibras de vidro: Utilizadas para reforçar a estrutura de próteses parciais removíveis.

Adesivos: Utilizados para a união de diferentes materiais, como resina e metal.

Revestimentos: Materiais utilizados para a moldagem de estruturas metálicas, como a cera para investimento.

A escolha dos materiais para a confecção de uma prótese dentária deve ser individualizada para cada caso, levando em consideração fatores como:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO

ESTADO DE SÃO PAULO

LICITAÇÃO/CONTRATOS

Tipo de prótese: A escolha dos materiais varia de acordo com o tipo de prótese a ser confeccionada (total, parcial, removível).

Condições bucais do paciente: A saúde bucal do paciente, a quantidade de estrutura dentária remanescente e a presença de doenças periodontais são fatores importantes a serem considerados.

Expectativas do paciente: O paciente deve ser informado sobre as opções de materiais disponíveis e suas características, para que possa escolher o material que melhor atenda às suas necessidades e expectativas.

Recomendações do profissional: O profissional de odontologia do Município deve indicar os materiais mais adequados para cada caso, levando em consideração sua experiência clínica e o conhecimento dos materiais disponíveis no mercado.

Critérios de Avaliação das Amostras

O laboratório contratado deverá seguir processos de avaliação que incluem:

Teste de Adaptação

A prótese deve apresentar adaptação precisa à arcada dentária do paciente, sem áreas de pressão excessiva ou folgas.

Teste de Resistência

A prótese deve suportar as forças mastigatórias sem fraturas ou deformações.

Teste de Estabilidade da Cor

Os materiais utilizados devem manter a cor original por um período mínimo de 12 meses, sem apresentar manchas ou descolorações.

Teste de Biocompatibilidade

Os materiais utilizados devem ser biocompatíveis, não causando reações alérgicas ou irritações nos tecidos bucais.

Critérios Objetivos para Avaliação das Amostras

Adaptação

- Critério: A prótese deve apresentar adaptação precisa ao modelo de gesso fornecido pela administração, sem áreas de pressão excessiva ou folgas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO

ESTADO DE SÃO PAULO

LICITAÇÃO/CONTRATOS

- Mensuração: A adaptação será avaliada visualmente e com o uso de fitas reveladoras de pressão (Pressure Indicating Paste -- PIP).
- Pontuação: 0 a 10 pontos (sendo 10 a adaptação perfeita).

Estética

- Critério: A prótese deve apresentar aparência natural e estética, com dentes artificiais de cor e forma adequadas à arcada dentária do paciente.
- Mensuração: A estética será avaliada visualmente por uma comissão de avaliação composta por dentistas e protéticos.
- Pontuação: 0 a 10 pontos (sendo 10 a estética perfeita).

Resistência

- Critério: A prótese deve suportar as forças mastigatórias sem fraturas ou deformações.
- Mensuração: A resistência será avaliada por meio de testes de carga em equipamento específico (máquina de ensaios universal).
- Pontuação: 0 a 10 pontos (sendo 10 a resistência máxima).

Acabamento

- Critério: A prótese deve apresentar acabamento liso e polido, sem áreas ásperas ou porosas.
- Mensuração: O acabamento será avaliado visualmente e com o uso de lupa.
- Pontuação: 0 a 10 pontos (sendo 10 o acabamento perfeito).

Indicadores de Desempenho

Taxa de Satisfação dos Pacientes

- Definição: Percentual de pacientes que se declaram satisfeitos com a prótese recebida.
- Meta: Mínimo de 90% de satisfação.
- Mensuração: Por meio de questionários de satisfação aplicados aos pacientes após a entrega da prótese.

Número de Próteses Refeitas

- Definição: Número de próteses que precisam ser refeitas devido a problemas de adaptação, estética ou resistência.
- Meta: Máximo de 5% de próteses refeitas.
- Mensuração: Por meio de registros internos da Secretaria Municipal de Saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

Tempo Médio de Entrega

- Definição: Tempo médio entre a solicitação da prótese e a sua entrega ao paciente.
- Meta: Máximo de 20 dias úteis.
- Mensuração: Por meio de registros internos da Secretaria Municipal de Saúde.

Manutenção das Próteses Dentárias

Tipos de Manutenção

- Manutenção Preventiva: Exames clínicos periódicos para avaliar a adaptação, estabilidade e higiene da prótese.
- Manutenção Corretiva: Reparos em caso de fraturas, desadaptações ou problemas estéticos.
- Ajustes: Ajustes na adaptação da prótese para garantir o conforto e a função do paciente.

Frequência

- Manutenção Preventiva: A cada 6 meses.
- Manutenção Corretiva: Conforme necessidade.
- Ajustes: Conforme necessidade.

Responsáveis

- Manutenção Preventiva: Dentistas da Unidade Básica de Saúde.
- Manutenção Corretiva: Laboratório contratado.
- Ajustes: Dentistas da Unidade Básica de Saúde ou Laboratório contratado (dependendo da complexidade do ajuste).

Requisitos de Sustentabilidade

Materiais

- Priorizar o uso de materiais reciclados ou biodegradáveis sempre que possível.
- Utilizar materiais sem metais pesados em sua composição (mercúrio, cádmio, chumbo).
- Exigir que os fornecedores apresentem certificados de origem dos materiais, garantindo a sua procedência e conformidade com as normas ambientais.

Processos de Produção

- Adotar processos de produção que minimizem o consumo de energia e água.
- Implementar sistemas de gestão de resíduos que garantam a sua coleta seletiva e destinação adequada.
- Incentivar o uso de tecnologias limpas e eficientes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

Embalagens

- Utilizar embalagens recicláveis ou biodegradáveis.
- Reduzir o volume de embalagens utilizadas.
- Incentivar a reutilização de embalagens sempre que possível.

Transporte

- Priorizar o uso de meios de transporte que minimizem as emissões de gases poluentes.
- Otimizar as rotas de transporte para reduzir o consumo de combustível.

Regulamentações da ANVISA

As próteses dentárias são classificadas como produtos para saúde de Classe I (baixo risco), conforme RDC nº 185/2001, e devem atender:

- RDC nº 16/2013: Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos;
- RDC nº 56/2001: Requisitos Essenciais de Segurança e Eficácia de Produtos para Saúde;
- RDC nº 36/2015: Classificação de Risco, Regimes de Controle e Requisitos para Comprovação da Segurança e Eficácia de Produtos para Saúde.

Todas as próteses devem ser confeccionadas em conformidade com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ISO (International Organization for Standardization) aplicáveis aos materiais e processos de fabricação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação completa que dá base a presente contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar de referência, apêndice deste Termo de Referência (TR).

O edentismo parcial e total continua sendo um problema de saúde pública no Brasil, afetando significativamente a qualidade de vida dos indivíduos, com impactos na saúde física, psicológica e socioeconômica. Segundo dados epidemiológicos do Ministério da Saúde, aproximadamente 16 milhões de brasileiros necessitam de algum tipo de prótese dentária, sendo que a maior parte desta população pertence a estratos socioeconômicos que dependem exclusivamente do sistema público de Saúde.

A reabilitação protética dos pacientes edêntulos constitui-se como etapa fundamental da integralidade do cuidado em saúde bucal, com base nesta contextualização faz-se necessário a contratação dos serviços de confecção de próteses dentárias, conforme preconizado pelo programa Brasil Sorridente e pelas diretrizes do SUS. As próteses dentárias removíveis permanecem como uma modalidade terapêutica



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

relevante na reabilitação oral, principalmente devido à sua acessibilidade, versatilidade e aplicabilidade em diversas situações clínicas.

A presente contratação fundamenta-se nas seguintes normas:

a) Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos):

- Art. 6º, inciso XX – Define o Estudo Técnico Preliminar como "documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação";
- Art. 18, § 1º – Estabelece a obrigatoriedade da elaboração do Estudo Técnico Preliminar para as contratações de bens e serviços;
- Art. 40, § 1º, inciso II – Determina que o edital deverá conter especificações do objeto de forma precisa, suficiente e clara;
- Art. 41 – Estabelece os procedimentos auxiliares das licitações e das contratações;

b) Lei Federal nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde)

- Art. 6º – Inclui no campo de atuação do SUS a assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

c) Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente

- Diretrizes para a expansão e qualificação dos serviços de prótese dentária;

d) Resolução RDC nº 16/2013 da ANVISA

- Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos e Produtos para Diagnóstico de Uso In Vitro;

e) Portaria nº 1.825/GM/MS, de 24 de agosto de 2012

- Dispõe sobre o financiamento de Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução como um todo se encontra devidamente pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar de referência, apêndice deste Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO

ESTADO DE SÃO PAULO

LICITAÇÃO/CONTRATOS

O presente Termo de Referência refere-se à contratação de empresa terceirizada para confecção de prótese dentária, descritos tecnicamente neste documento, destinados aos serviços prestados na Secretaria Municipal de Saúde, nas atividades exercidas no atendimento aos pacientes usuários do serviço público de saúde do município, contemplando a solução como um todo.

O principal objetivo desta contratação é a reabilitação bucal, em todas as suas funções: estética, fonética e mastigação. Repor ou restaurar os dentes de forma indireta (por meio de laboratório), através de a confecção de próteses dentárias sendo elas prótese dentária total removível ou prótese dentária parcial removível.

O quantitativo estimado para a contratação de empresa terceirizada para confecção de próteses dentárias é de R\$ 186.315,00 (Cento e Oitenta e Seis Mil e Trezentos e Quinze Reais), possibilitando a confecção de aproximadamente 220 unidades de próteses dentárias, sendo:

- 65 unidades de próteses dentárias total removível superior
- 65 unidades de próteses dentárias total removível inferior
- 45 unidades de próteses dentárias parciais removíveis superior
- 45 unidades de próteses dentárias parciais removíveis inferior

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

-- Padrões mínimos de qualidade: Os objetos devem atender a descrição deste termo de referência, e devem conter em sua embalagem todas as especificações técnicas, bem como informações da procedência, número de lote, data de fabricação e data de validade.

-- O produto a ser moldado, alterado ou corrigido e entregue ao usuário no município por protético e dentista vinculado à empresa contratada, sem qualquer deslocamento do usuário a fim de facilitar e diminuir custos aos pacientes que necessitarem, devendo ser de aparência REAL, com presença de dentição o mais perto possível do realismo, não serão aceitos próteses inferiores com características adversas a esta descrita em termo de referência, devendo ser moldados com produtos de qualidade e duradouro.

-- Prazo de fabricação/validade: A validade dos itens deve ser igual ou superior a um ano, podendo ser inferior desde que haja aprovação prévia do setor solicitante.

-- Forma de acondicionamento do objeto: os objetos devem ter a forma de acondicionamento, claramente descritos na embalagem, e o fornecedor deve garantir a entrega dos objetos seguindo as normas de acondicionamento estabelecidas pelo fabricante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO

ESTADO DE SÃO PAULO

LICITAÇÃO/CONTRATOS

- Certificações: Autorização de funcionamento de empresa (AFE) expedida pela autoridade sanitária competente autorizando a comercialização do item em que o licitante participe ou Declaração, sob sua responsabilidade de que o item não necessita da respectiva autorização.
- Atestado de capacidade técnica com a respectiva nota fiscal que comprova a execução dos serviços objeto deste certame junto ao emissor do atestado no período informado.
- A empresa vencedora deverá apresentar o profissional que realizará o serviço (dentista e protético), bem como seus registros no órgão de classe ativo.
- A empresa vencedora deverá apresentar responsável técnico (protético e dentista) inscrito no CRO e termo de responsabilidade assinado pelo responsável técnico.
- Autorização de funcionamento expedida pela vigilância sanitária ou Declaração, sob sua responsabilidade de que o item não necessita da respectiva autorização.
- Garantia de funcionamento: Os itens devem cumprir o descritivo do edital, a apresentação de algum defeito ou mau funcionamento dos materiais, acarretará a solicitação da troca dos mesmos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- **Condições de Entrega**

O Prazo de entrega dos bens é de 20(vinte) dias úteis, contados da data de formalização do pedido junto ao fornecedor contratado. O objeto não deverá ser entregue de forma parcelada, de acordo com a necessidade de cada paciente/usuário.

Em caso de impossibilidade de entrega nas condições e prazos apontados, a empresa contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelos menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pedido de prorrogação de prazo de entrega seja analisado, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito e de força maior.

- **Do local da entrega:**

Os itens deverão ser entregues no seguinte endereço: Unidade Básica de Saúde "Antônio Camilo de Oliveira", Rua Maria Perpétua Piedade Gonçalves 1-12, Centro em Espírito Santo do Turvo, de segunda a sexta das 08:00 às 17:00 horas.

- **Garantia, Manutenção e Assistência Técnica**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

-- Para fins de garantia, deverá ser respeitado, no mínimo, o prazo legal estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e as contidas neste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora Denise de Camargo, designado fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do que determina a Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput, para a boa execução técnica e administrativa do contrato celebrado.

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato deverá anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que entender necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO

ESTADO DE SÃO PAULO

LICITAÇÃO/CONTRATOS

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Constitui rotina de fiscalização a verificação da manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhando o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO

ESTADO DE SÃO PAULO

LICITAÇÃO/CONTRATOS

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- **Recebimento do Objeto** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) fiscal do contrato, agente responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20(vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal do instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material, bem como a integral execução do objeto contratado, e consequente aceitação mediante termo detalhado.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

- **Liquidação**

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10(dez) dias úteis para



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, em ato motivado do agente competente pela liquidação.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

- **Prazo de Pagamento:**

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da emissão da nota fiscal, conforme seção anterior.

- **Forma de Pagamento** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicado pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

- **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma eletrônica OU presencial, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.
- **Exigências de Habilitação** Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar que preenche o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar sua capacidade em realizar o objeto da licitação, nos termos do que estabelece o artigo 62 da Lei 14.133/2021. As informações e documentos exigidos serão pormenorizados oportunamente na



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

minuta de edital de abertura do processo licitatório, devendo contemplar a Habilitação Jurídica; Técnica; Fiscal, Social e Trabalhista; Econômico-financeira.

9. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO** O custo estimado total da contratação é de R\$ 186.315,00 (Cento e Oitenta e Seis Mil Trezentos e Quinze Reais), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Prótese Total Removível Superior	65	R\$ 845,00	R\$ 54.925,00
2	Prótese Total Removível Inferior	65	R\$ 845,00	R\$ 54.925,00
3	Prótese Parcial Removível Superior	45	R\$ 848,00	R\$ 38.160,00
4	Prótese Parcial Removível Inferior	45	R\$ 848,00	R\$ 38.160,00
		TOTAL		R\$ 186.315,00

10. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual nº 1029/2023. A contratação será atendida pela seguinte dotação: -- Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de Saúde; -- Fonte de Recurso: MAC (Média e Alta Complexidade) PRÓTESE DENTÁRIA -- **Código de Aplicação para pagamento do Recurso: 05.300.0015.**

Espírito Santo do Turvo, 05 de Maio de 2025.

Afonso Nascimento Netto

Coordenador Municipal de Saúde Bucal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

Anexo III: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Processo Administrativo nº 02/2025

Ref. Estudo Técnico Preliminar nº 02/2025

INTRODUÇÃO

O Mapa de Riscos tem por objetivo o levantamento dos eventos futuros capazes de gerar impactos na boa execução do instrumento contratual e tem por escopo facilitar a boa execução do objeto contratado.

Em outras palavras, trata-se de Mapa de Riscos, do documento elaborado para identificação dos principais riscos que permeiam o procedimento de contratação e a solução pretendidas, bem como das ações para controle, prevenção e mitigação dos impactos

O Mapa de Gerenciamento de Riscos que permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação da probabilidade da ocorrência do risco e dos impactos dele decorrente, capazes de comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução de TIC.

Para cada risco identificado, define-se:

1. a probabilidade de ocorrência dos eventos,
2. os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra,
3. possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos),
4. a identificação de responsáveis pelas ações,
5. o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

Com o objetivo de mensurar os níveis de probabilidade de ocorrência do risco e os níveis de impactos que poderão causar, deverão ser adotadas medidas administrativas prevista no presente instrumento para minimizar ou neutralizar os efeitos nocivos diante da eventual ocorrência do risco apontado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

2- IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados e classificados neste documento.

RISCO 01						
Probabilidade:	x	Baixa		Média		Alta
Impacto:	x	Baixa		Média		Alta
Id	Descrição do Risco					
1.	Perda ou descarte da prótese dentária, em locais inadequados.					
Id	Ação Preventiva				Responsável	
1.	Orientar sobre possível descarte no ato da entrega, caso ocorra algum dano e orientação sobre procurar serviço de saúde.				Unidade Básica de Saúde-Odontologia/Vigilância Sanitária.	
Id	Ação de Contingência				Responsável	
1.	Orientar de maneira clara para que todos os contemplados possua esta informação.				Unidade Básica de Saúde-Odontologia/Vigilância Sanitária.	

RISCO 02						
Probabilidade:		Baixa	x	Média		Alta
Impacto:		Baixa		Média	x	Alta
Id	Descrição do Risco					
1.	Atraso na entrega do produto adquirido.					
Id	Ação Preventiva				Responsável	
1.	Acompanhar as autorizações de compras desde a data de emissão, seguindo todas as fases de moldagem até a entrega final do produto, mantendo contato com fornecedor quando				Fiscal de contrato	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

	necessário.	
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Notificar a empresa responsável sobre a entrega em atraso e caso a empresa não apresentar justificativa e previsão, verificar junto as outras empresas da licitação o interesse em fornecer o item.	Unidade Básica de Saúde/ setor odontologia /setor licitação.

RISCO 03						
Probabilidade:		Baixa	x	Média		Alta
Impacto:		Baixa		Média	x	Alta
Id	Descrição do Risco					
1.	Entrega em desacordo com item solicitado					
Id	Ação Preventiva				Responsável	
1.	Fazer um descritivo de acordo com a necessidade.				Setor Secretaria municipal de Saúde e profissional responsável para análise descrito no contrato.	
2.	Conferir a entrega se está de acordo com o descritivo no edital.				Fiscal de contrato	
Id	Ação de Contingência				Responsável	
1.	No caso de entrega em desacordo com o edital, solicitar a empresa a troca do item e/ou aplicar Multa contratual.				Secretaria Municipal de Saúde/Setor odontológico	

Aparecida Martins de Oliveira
Coordenadora Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

ANEXO IV- DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006.

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO n.º 1 9 /2025

_____ (razão social licitante), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por meio de seu representante legal, o(a) _____, (nome e dados pessoais) DECLARA, para os fins do disposto na Lei Complementar n.º 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3.º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3.º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4.º do artigo 3.º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data,

(assinatura do representante legal da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

ANEXO V - FICHA CADASTRAL

DADOS DA EMPRESA (dados para fins de cadastramento no sistema de Licitações deste município e eventual envio de correspondência, ou fazer constar em eventual instrumento contratual que vier a ser firmado):

Razão Social: CNPJ n.º: Endereço: CEP n.º: Telefone(s):
E-mails:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (dados para assinatura de eventual instrumento contratual e/ou qualquer outra comunicação que vier a ser estabelecida):

Nome completo: RG n.º:
CPF n.º:
Cargo/Função Ocupado na empresa:
Telefone(s): E-mail's:

Por ser expressão de verdade, firmo a presente ciente de seus efeitos legais.

xxxxxxxxxxx, xx de xxxxxxxxxxx de 2025

(assinatura do representante legal da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pregão Eletrônico nº. 19/2025

Objeto: _____

(Nome)....., portador do RG ° e CPF nº, representante legal da empresa estabelecida à Rua..... nº,(Bairro), na cidade de

Estado de, telefone, e-mail, inscrita no CNPJ nº....., interessada em participar no Pregão Eletrônico nº _____/2025, do Município de ESPÍRITO SANTO DO TURVO
DECLARA que:

- 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
- 2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 3) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.
- 4) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº cuja função/cargo é (sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.
- 5) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais, ou ainda a agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, por matrimônio ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

parentesco, afim ou consangüíneo, até o terceiro grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município, em conformidade com o inciso IV do Art. 14 da Lei 14.133/21.

6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

7) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8) Declaramos que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9) Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

10) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: / Telefone: ()

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º., para ser o(a) responsável pela execução da Ata de Registro de Preços/contrato, referente ao Pregão Eletrônico Nº ____e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato., de 2025

Local e data,

(assinatura do representante legal da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

**ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO-ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
xxx/2025 PREGÃO ELETRONICO Nº 19/2025 - PROCESSO N º XX/2025**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO, INSCRITA** NO CNPJ Nº 57.264.509/0001-69 situada na Rua, CENTRO, CEP, REPRESENTADO NESTE ATO PELO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL AFONSO NASCIMENTO NETO, DENOMINADA NESTE ATO COMO **CONTRATANTE** E DE OUTRO A EMPRESA **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXX**, LOCALIZADA NA RUA XXXXXXXXX Nº XXXX, CEP XXXXX-XXX, TEL: XXXXXXXXX, E-MAIL: XXXXXXXXX, REPRESENTADO NESTE ATO PELO SR. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF Nº XXXXXXXX, RG Nº XXXXXXXXXXXXX, DENOMINADA **CONTRATADA.**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. Constitui-se o objeto desta Ata: **Registro de Preço para futuras confecções de próteses dentárias, PELO PERÍODO DE 12 MESES, PODENDO SER PRORROGADO, INCLUSIVE OS SEUS QUANTITATIVOS RENOVADOS, VISANDO O ATENDIMENTO ÀS DEAMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, MELHOR DESCRITOS NO ANEXO I, ITEM 5 DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.**

- 1.2. Itens Adjudicados e Homologados:

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 meses contados a partir de **de _____ de 202__ a __ de _____ de 202_, podendo ser prorrogado por igual período assim como os seus quantitativos nos termos da Lei nº 14.133/21.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA:

- 1.1. A empresa deverá confeccionar os os itens conforme exigências da secretaria Responsável, de acordo com o Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – Anexos I e II integrantes ao edital da licitação, bem como os demais anexos desta licitação e proposta vencedora.
- 1.2. Caso a qualidade do produto não corresponda às exigências da presente licitação, o objeto será devolvido, e deverá ser substituído de forma imediata pelo fornecedor, sendo aceita pela Administração uma única substituição, sem qualquer ônus para a Prefeitura, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 1.3. Os atrasos nas entregas poderão ser fato para cancelamento da Ata de Registro por parte da Prefeitura, podendo a mesma aplicar as sanções previstas em edital e nos termos da Lei 14.133/21;
- 1.4. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos, resguardadas as



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro, conforme Decreto Municipal nº 2.417/2024 e o reajuste no caso de prorrogação do Registro de Preços, após 12 meses, mediante requerimento, condorme índice IPCA-E – IBGE ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

1.5. Mesmo comprovada à ocorrência de fato superveniente e/ou as hipóteses previstas, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

1.6. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Shr. Afonso Nascimento Neto, designado fiscal do contrato.

1.8. A gestão do contrato ficará a cargo da Shra. Mercia de Oliveira Veloso, designado Gestor do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Pelo objeto desta Ata de Registro, será pago considerado vencedor no item XXXXXX, em forma de diária do bem locado. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a devida conclusão final, medições e/ou comprovações, mediante apresentação de nota fiscal emitida pela Contratada, acompanhada dos respectivos comprovantes de entrega/execução, em conformidade com o item 12 do edital e seus subitens.

CLÁUSULA QUINTA – DA VINCULAÇÃO

5.1. Vinculam-se às exigências desta Ata de Registro de Preços todas as Cláusulas e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 19/2025- Processo nº /2025, incluindo seus anexos, bem como proposta vencedora.

Fica eleito o foro da cidade de ESPÍRITO SANTO DO TURVO/SP, para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por se acharem justos e compromissados, assinam as partes o presente instrumento em ___ (___) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

ESPÍRITO SANTO DO TURVO, _____ de _ de 2025.

Contratante
Contratada
Fiscal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

TESTEMUNHA

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____ **OBJETO:**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____ CPF:

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO
ESTADO DE SÃO PAULO
LICITAÇÃO/CONTRATOS

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____ CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____ CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____ CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____ CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____ Nome: _____

Cargo: _____ CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica.